

Percepções de vigilância e controle sociais atrelados ao uso dos dispositivos comunicacionais móveis

Perceptions of social surveillance and control linked
to the use of mobile communication devices

José Carlos Santos Ribeiro

Universidade Federal da Bahia. Rua Professor Aristίδes Novis, 197,
Federação, 40210-630, Salvador, BA, Brasil. jcsr01@gmail.com

José Bonifácio do Amparo Sobrinho

Universidade Federal da Bahia. Rua Professor Aristίδes Novis, 197,
Federação, 40210-630, Salvador, BA, Brasil. jbonifacioamso@gmail.com

Rodrigo Nejm

Universidade Federal da Bahia. Rua Professor Aristίδes Novis, 197,
Federação, 40210-630, Salvador, BA, Brasil. rodrasn@gmail.com

Resumo. Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa de abordagem qualitativa exploratória que teve por finalidade apreender como os usuários de dispositivos comunicacionais móveis manejam, a partir do uso cotidiano, as questões relacionadas com as práticas interacionais¹. A amostra foi composta por 120 estudantes universitários de seis cidades da região nordeste do Brasil. Neste texto, apresentamos as discussões acerca do conjunto categórico intitulado *Percepções de ações de vigilância e controle*, composto pelas categorias: (i) vigilância e controle sobre a vida cotidiana; (ii) vigilância e controle de presença social; (iii) vigilância e controle em relação às situações de proximidade física; e (iv) vigilância em relação ao controle dos dados. Os resultados sinalizam a existência e o desenvolvimento de novas práticas sociais de monitoramento, facilitadas pela presença de condicionantes e recursos técnicos associados à expansão da comunicação móvel, com consequências diretas e indiretas nos processos de ajustamentos sociais dos indivíduos, tendo como destaque a influência das expectativas

Abstract. This article presents part of a qualitative exploratory approach research that aimed at understanding how the users of mobile communication devices manage, from everyday use, questions related to interactional practices. The sample consisted of 120 university students from six cities in the northeastern region of Brazil. In this text, we present the discussions about the categorical set entitled *Perceptions of surveillance and control actions*, composed of the categories: (i) surveillance and control over everyday life; (ii) surveillance and control of social presence; (iii) surveillance and control in relation to situations of physical proximity; and (iv) surveillance in relation to data control. The results indicate the existence and development of new social monitoring practices, facilitated by the presence of constraints and technical resources associated to the expansion of mobile communication, with direct and indirect consequences to the processes of social adjustment of individuals, with emphasis on the influence of social expectations arising from face-to-face com-

¹ A pesquisa mais ampla, intitulada “Percepções sobre usos e apropriações de dispositivos comunicacionais móveis nas práticas interacionais contemporâneas: um estudo com jovens universitários brasileiros”, foi desenvolvida com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Edital Universal – CNPq nº 14/2014 – Processo: 449466/2014-4.

sociais advindas das comunicações face a face nas negociações das práticas interacionais mediadas pelos dispositivos móveis.

Palavras-chave: interações sociais, interações mediadas, vigilância social, controle social, reflexividade, dispositivos comunicacionais móveis, jovens universitários.

munications in the negotiation of interactive practices mediated by mobile devices.

Keywords: social interactions, mediated interactions, social surveillance, social control, reflexivity, mobile communications devices, young university students.

Introdução

A percepção de que todos estão conectados a todos é uma tônica vigente em crenças difundidas no senso comum, e mesmo na comunidade acadêmica, sobre os efeitos da inserção das tecnologias de informação e comunicação (TICs) na vida cotidiana atual. Enquanto a popularização de dispositivos móveis expande-se de forma acelerada ao redor do mundo, estimulada pela acentuada convergência de funções dos aparelhos e pela ampliação de seu papel como elemento fomentador de produção e circulação de informações entre os usuários, novos arranjos, acordos e expectativas interacionais parecem compor um instigante e inédito cenário de vivências sociais.

A interferência do advento de novas tecnologias da informação e da comunicação sobre as formas sociais de convivência não é novidade, no que concerne ao campo de estudos das ciências sociais e da comunicação. Meyrowitz (1985), por exemplo, demonstrou como a criação e a popularização da televisão interferiram em questões vinculadas à sociabilidade na sociedade americana em meados do século XX. Conforme sugeriu o autor, a natureza do fluxo informacional daquela forma de mídia promoveu rearranjos estruturais em termos da concepção da esfera pública, dos espaços públicos e privados, bem como das normas sociais preponderantes nos espaços físicos e mediados. Thompson (2011), a partir de outro viés, explorou como a emergência das redes de comunicação global produziu novos meios de interação baseados na mediação da experiência, proporcionando a copresença de indivíduos em espaços físicos distintos, o que, por sua vez, produziu repercussões em aspectos articulados à sociabilidade e à política vigentes.

Conforme já sinalizavam Meyrowitz (1985) e Thompson (2011), o incremento e os efeitos das novas mídias e tecnologias apresentam-se associados tanto a relevantes tópicos comumente examinados pela ótica das ciências

sociais e humanas em perspectivas mais amplas, como identidade e dinâmica sociais, mudanças culturais, produção e circulação de bens simbólicos, entre outros, quanto a tópicos mais precisos, geralmente vinculados a experiências assentadas nas práticas sociais efetivadas no dia a dia, tais como as interações e seus esquemas de controle e vigilância sociais.

A esse respeito, são perceptíveis as substantivas mudanças no cotidiano e nas normas sociais fomentadas pelos usos dos dispositivos comunicacionais móveis, mais particularmente pelos telefones celulares. Os acentuados aprimoramento e popularização deste tipo de recurso, desde o seu surgimento enquanto instrumento doméstico e pessoal, colaboram para a emergência de seu protagonismo nas arenas sociais, uma vez que seus diversos usos associam-se à eficiência nas incontáveis demandas cotidianas, sobretudo naquelas relacionadas ao intercâmbio informacional a partir de interações entre pessoas (Kavoori e Arceneaux, 2006; Thulin e Vilhelmson, 2007).

Todavia, como qualquer outra modalidade de tecnologia popularizada, a inserção dos dispositivos comunicacionais móveis, na atualidade, é acompanhada, na maioria das vezes, por inquietações de natureza social, tendo em vista a justaposição de demandas singulares de uso relacionadas com as particularidades dos dispositivos, com aquelas associadas às práticas forjadas e consolidadas em outras bases de experiências de trocas sociais mediadas e não mediadas. É concebível, portanto, no processo de consolidação do modelo comunicacional mediado por tecnologias móveis, a coexistência de demandas baseadas em normas sociais provenientes de experiências e de âmbitos referenciais distintos.

A convicção sobre essas particularidades estimula a problematização e a pesquisa sobre os fenômenos sociais articulados à mediação tecnológica nas interações humanas, ao passo que apresenta um panorama complexo de variáveis associadas aos condicionantes promo-

tores da ordem social, vinculados à regulação de normas morais disciplinares das condutas para o alcance de objetivos nas práticas cotidianas (Goffman, 2010). Ao se considerar que as particularidades das normas sociais, percebidas em situações de monitoramento mútuo, promovem exigências de manutenção de condutas para os interagentes (Goffman, 2014), é possível pensar a preponderância de exigências normativas atreladas ao uso dos dispositivos móveis, como elemento constituinte das cenas sociais. É relevante, pois, levar em consideração o monitoramento exercido por outros indivíduos em copresenças imediatas, sejam elas em espaços físicos ou em espaços digitais, nas dinâmicas de ajustamentos sociais em que os dispositivos móveis mostram-se presentes.

Diante dos aspectos levantados, este artigo analisa as percepções de vigilância e controle sociais atrelados ao uso dos dispositivos comunicacionais móveis, em particular do telefone celular, obtidas através de depoimentos de 120 estudantes universitários de seis cidades da região nordeste do Brasil. Está dividido em 4 seções: a primeira é composta por explicações teóricas sobre a natureza do comportamento social e da sociabilidade, mais especificamente sobre as normas sociais e suas relações com os tópicos de controle e vigilância, e sobre os processos de monitoramento e vigilância atrelados ao uso de dispositivos móveis; a segunda seção apresenta o método utilizado para a pesquisa, enquanto que a terceira discute os achados provenientes das falas dos entrevistados, articulados a pressuposições teóricas e consequentes reflexões; e a quarta apresenta as considerações conclusivas.

Sociabilidade, Monitoramento e Tecnologias Móveis

A natureza do comportamento social apresenta-se como resultante de constantes processos de ajustamentos em que indivíduos se adaptam a ações de outros indivíduos ou grupos em ações situacionadas, conforme pressupostos sustentados pela corrente teórica do Interacionismo Simbólico (Blumer, 1969, 2004; Morris, 2010). Por detrás destes processos, residem aspectos relevantes para possíveis explicações sobre a composição das interações sociais, suas regras e seus desdobramentos.

Blumer (1969) sugere haver três premissas básicas na explicação do comportamento so-

cial, a saber: (i) os indivíduos se comportam com base nos significados atribuídos aos objetos com que interagem; (ii) o significado dos objetos resultam das interações sociais travadas com outros similares; e (iii) os significados são apropriados e modificados através de processos interpretativos provenientes dos encontros com os objetos significantes. Portanto, com base nestas premissas, o comportamento social pode ser considerado como resultado de um processo interpretativo e adaptativo, em que os atores (i) situam-se através da aquisição de significado às coisas/pessoas/eventos com que(m) interagem e (ii) definem suas linhas de ação em relação a tais coisas/pessoas/eventos, à luz das situações em que estes são percebidos e na direção do curso das ações em exercício.

Nesta linha, destaca-se que, mesmo havendo a possibilidade da emissão de respostas a atos não simbólicos, em forma de comportamentos automáticos em respostas aos atos alheios, são os gestos significantes que permitem melhores compreensões e adaptações ao processo dual de indicação sobre como agir e interpretar as ações realizadas por outrem, viabilizando o ajuste de condutas e a manutenção da ordem social compreensível e executável (Blumer, 1969, p. 10). É possível, pois, atribuir à sociabilidade um processo de constante troca, baseada em emissão de gestos simbólicos que permitem aos indivíduos perceberem significativamente, interpretarem e se adaptarem aos comportamentos alheios situacionados, fomentando a manutenção da vivência compartilhada, com base nas referências simbólicas transmitidas entre si.

Aprofundando esses aspectos, Giddens (2009) sugere que as ações passam a ser continuamente recriadas pelos atores através dos meios em que eles se expressam em situações sociais, na forma da reprodução de condições que tornam possíveis as atividades recorrentes. Neste sentido, a reflexividade, compreendida como constante monitoramento do fluxo contínuo da vida social, resulta da regular continuidade e compreensibilidade das práticas realizadas em coletividades, fomentando o asseguramento do cumprimento de expectativas sobre desdobramentos de comportamentos sociais nas particularidades de situações, ou seja, criando e reforçando o senso de confiança², que, por sua vez, potencializa a antevisão das expect-

² Também concebido como segurança ontológica.

tativas de condutas a serem exercidas pelos membros de determinado grupo social³.

A despeito da manutenção racional da estabilidade da ordem social, mostra-se fundamental compreender a agência dos atores sobre os fenômenos sociais. Tais aspectos vinculam-se à característica dialética das relações dos indivíduos com a natureza e com a sociedade, pois, na medida em que interagem, produzem mudanças e são convidados à adaptação simbólica (Blumer, 1969). Os eventos sociais, decorrentes deste processo, apresentam-se como fruto de efeitos de composição⁴, derivados da convergência de atos intencionalmente executados pelos agentes, que resultam em grande parte em consequências impremeditadas, o que não permite asseverar o pleno controle dos interagentes sobre os resultados prospectivos (Giddens, 2009), mas oferecem o vislumbre sobre as suas operações nos desdobramentos das dinâmicas sociais.

A observância deste tipo de dinâmica sugere o constante surgimento de novos condicionantes na constituição das normas sociais que circunscrevem as situações em que são encenados os convívios entre pessoas. Este fator mostra-se decisivo no processo de mobilização e manutenção de acordos interacionais que, destarte, demarcarão as práticas que fundamentam as situações sociais.

Normas sociais: monitoramento e vigilância

A reflexividade mostra-se assentada na monitoração contínua da ação que os seres humanos exibem, esperando o mesmo dos outros (Giddens, 2009). Nessa perspectiva, é este fenômeno que permite a manutenção do curso da sociabilidade, na medida em que fornece aos indivíduos as informações necessárias para o acesso, a interpretação e o posicionamento frente às situações em que se comportam diante de outros.

É notável, pois, como o processo de monitoramento dos indivíduos pelos pares interagentes perfaz-se de forma imprescindível no desenrolar da sociabilidade, tendo em vista que colabora para a percepção das apropria-

ções e inapropriações comportamentais no exercício do jogo simbólico em que emergem as normas sociais situacionadas. A influência recíproca resultante do monitoramento mútuo, somada às informações promissórias expressas e reivindicadas pelos indivíduos a respeito das linhas de ação que comporão as suas fachadas pessoais⁵, durante a copresença imediata, fornecerão as pistas para a manutenção da harmonia das situações sociais (Goffman, 2010, 2012, 2014). Ao passo que os termos das normas sociais se fazem claros, a solicitação de manutenções de condutas condizentes à sustentação situacional costuma ser sentida como regra pelos interagentes, promovendo a liberdade de escolha dentro de classes de conduta restrita (Goffman, 2010). Ou seja, os papéis performados nas situações sociais mostram-se restritos quanto às suas autonomias relacionadas aos limites de exposição definidos nas situações.

É válido ressaltar que a multiplicidade de arranjos situacionais constituirão diferentes exigências de performance, exortando os indivíduos a assunção de diferentes estratégias de ajustamentos sociais. Este condicionamento situacional nos ajudará na compreensão sobre como as exigências emergentes das situações sociais fomentam normas sociais atreladas ao uso dos dispositivos comunicacionais móveis pelos diversos grupos.

A não aquiescência sincera, pelos atores, aos termos das normas sociais estabelecidas em determinada situação social é possível e provável, conforme sinaliza Goffman (2010). Todavia, a sua materialização implicaria na instabilidade da situação social, exigindo o ágil desdobramento de estratégias para o resgate do equilíbrio necessário para a manutenção da ordem e dos papéis sociais. Tal tipo de ação colocaria em perigo não apenas a presença social de um interagente, mas o próprio senso de confiança que sustenta toda a lógica de sociabilidade racionalizada pelos atores (Giddens, 2009).

A compreensão da lógica de funcionamento das sociedades permite conceber a gênese do controle e vigilância sociais por meio do processo de monitoramento reflexivo. Este aspecto é formado a partir do crônico monitora-

³ “A ação é um processo contínuo, um fluxo, em que a monitoração reflexiva que o indivíduo mantém é fundamental para o controle do corpo que os atores ordinariamente sustentam até o fim de suas vidas no dia-a-dia” (Giddens, 2009, p. 11).

⁴ Agregados de atos em uma dinâmica específica.

⁵ Fachada pessoal pode ser definida como “valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular” (Goffman, 2012, p. 13).

mento de si e de outros, em consequência da regulação e dos controles rotineiros dos fluxos imanentes aos aspectos sociais e físicos dos contextos compartilhados pelos sujeitos (Giddens, 2009, p. 6). Decerto, deflagra a preponderância das normas sociais na manutenção e nos desdobramentos da visibilidade dos indivíduos no exercício de seus comportamentos sociais de maneiras conscientes e não conscientes, tendo como pano de fundo as regularidades observadas e os regulamentos propostos a partir do monitoramento entre indivíduos nas diversas situações sociais compartilhadas.

Observa-se, todavia, que a profusão do uso de recursos técnicos digitais com finalidades interacionais e informacionais colaboram para a emergência de novos modelos de sociabilidade, sobretudo para aqueles associados ao incentivo a visibilidade e acessibilidade sociais, proporcionadas, principalmente, pela mediação derivada do advento da internet (Sibilia, 2016). Desenvolveu-se, desde então e progressivamente, o culto à exposição dos interesses de pessoas comuns baseado no estímulo à contínua produção de conteúdos articulados à exposição de si, acentuando valor às gratuitas e acessíveis performances pessoais, transmitidas a audiências, por vezes invisíveis. Por sua vez, esta lógica colabora para a retroalimentação comercial de um mercado econômico em substantivo avanço, subsidiado pelo gerenciamento de informações a respeito de interesses pessoais de usuários de serviços de plataformas digitais, conhecido genericamente como capitalismo de vigilância (Zuboff, 2015).

A vigilância – constituída como força disciplinar que incita ao comportamento apropriado à norma social – passa, pois, a apresentar diferentes dinâmicas de respostas sociais. Por vezes, é exercida de forma autônoma, ao passo que fornece ao indivíduo recursos para avaliar a adequabilidade de suas condutas em relação às expectativas sociais (Bruno, 2004). Por outras, exerce controle silencioso do comportamento dos indivíduos à medida que coleciona informações personalizadas para finalidades diversas, como para a manutenção de ordem social, para finalidades de modificação de comportamentos pessoais ou para a produção de receitas econômicas⁶.

Monitoramento e vigilância atrelados ao uso de dispositivos comunicacionais móveis

O uso dos dispositivos comunicacionais móveis parece reforçar a afirmação de que as tecnologias são inventadas para desempenhar funções que a sociedade de algum modo solicita e para as quais carecem das ferramentas adequadas (Sibilia, 2016). Resultante da expansão tecnológica, articulada pela globalização da economia e pelo afluxo informacional (Castells, 1999), a tecnologia comunicacional móvel exerce relevante papel nos desdobramentos de práticas cotidianas (Thulin e Vilhelmson, 2007; Campbell, 2010; Laursen, 2012; Mihailidis, 2014; Ribeiro, 2014, 2016).

Na medida em que viabilizou o acesso não apenas à informação e à solução de demandas, mas, sobretudo, à conexão entre pessoas em ambientes físicos distintos, de forma móvel e portátil, a tecnologia da comunicação móvel colabora tanto para a extensão do potencial humano e da liberdade, como para o desdobramento de práticas antissociais e de promoção de desigualdades. Independente da finalidade do seu uso, observa-se que o manejo de dispositivos móveis parece sofrer exigências situacionais, especialmente pela incipiência das normas de etiqueta⁷ associadas ao seu uso: sejam elas relacionadas aos contextos em que ocorrem interações face a face, sejam elas vivenciadas nos espaços de interação proporcionados pelas ambiências digitais.

Tal tensionamento convida ao estudo das dinâmicas de conduta social e de interação, resultantes da significativa penetração dos dispositivos tecnológicos móveis nas situações sociais atuais, especialmente por se considerar a particularidade dos vetores instaurados por este tipo de tecnologia para a composição dos fenômenos sociais. Ao mesmo tempo, sinaliza a existência de complexas dinâmicas dentro dos espaços interacionais promovidos por tal tecnologia, bem como a hibridização dos contextos de interação entre pares, nos quais estratégias particulares podem emergir, sob a forma de novas lógicas de sociabilidade.

⁶ Os exemplos das razões apresentadas podem ser ilustrados, respectivamente, (i) pela ação de câmeras de vigilância de policiamento, (ii) pelo uso de dispositivos de monitoramento de comportamentos, dados de saúde e desempenho esportivo, e (iii) pela ação de mineração de dados realizadas por empresas que comercializam informações sobre usuários, como *Facebook* e *Google*.

⁷ Ordem normativa considerada apropriada nas unidades interação social.

Considerando o aspecto de monitoramento por interagentes em copresença, no desenvolvimento das práticas de sociabilidade, este estudo discute a avaliação dos aspectos associados a vigilância e controle sociais atrelados ao uso dos dispositivos comunicacionais móveis, em particular do telefone celular.

Método

Esta pesquisa é um recorte de um estudo qualitativo exploratório⁸ mais amplo, que objetivou analisar as percepções de jovens universitários sobre os usos e as apropriações dos dispositivos comunicacionais móveis, bem como sobre suas possíveis implicações nas práticas interacionais cotidianas. Aqui, apresentamos os dados articulados à especificidade de apreender como os usuários manejam, a partir do uso cotidiano desses dispositivos, as questões relacionadas às práticas sociais, nos termos das percepções de controle e vigilância atreladas.

Amostra

A amostra desta pesquisa foi composta por 120 jovens universitários, de centros universitários instalados em 3 estados da região nordeste do Brasil (três capitais e três cidades do interior)⁹. Os participantes foram acessados em uma amostragem por conveniência (ou acessibilidade)¹⁰ a partir das redes de contatos dos pesquisadores. Dos 120 participantes, 61 eram homens e 59, mulheres, com idades variantes entre 18 a 25 anos (Média de 21,26 anos e Mediana de 23 anos).

Procedimentos de coleta de Dados

Os dados foram coletados por meio de entrevistas estruturadas, com duração de 25 a 35 minutos. As falas dos participantes foram gravadas e posteriormente transcritas para textos em formato digital. As sessões de entrevistas foram realizadas em ambientes silenciosos, reservados nas próprias universidades. Antes da aplicação e gravação de cada entrevista,

realizou-se a explicação detalhada dos propósitos da investigação, a solução de eventuais dúvidas e a submissão do participante à assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Procedimentos de Análise de Dados

Os relatos resultantes das entrevistas foram analisados, a partir de suas transcrições digitais, tendo como referência o método de análise de conteúdo (Bardin, 2009). Para a catalogação e refinamento dos dados, utilizou-se o aplicativo de análise qualitativa de dados ATLAS TI, versão 8, para os sistemas operacionais *IOS* e *Windows*.

Resultados e discussões

Ao analisar as falas dos respondentes sobre a percepção de algum tipo de controle ou vigilância por parte das pessoas através do uso do telefone celular, observou-se o equilíbrio de frequências: 51 respondentes afirmaram não perceberem práticas de controle e vigilância, enquanto 51 confirmaram a percepção. Os demais respondentes (n=18) não apresentaram respostas conclusivas sobre a percepção, apesar de fornecerem dados complementares para a reflexão acerca do tema.

A análise qualitativa dos dados permitiu a divisão das respostas em 7 grupos categóricos, a saber: (i) vigilância e controle sobre a vida cotidiana; (ii) vigilância e controle de presença social; (iii) vigilância e controle em relação às situações de proximidade física; (iv) vigilância em relação ao controle dos dados; (v) necessidade de consumo de informação; (vi) necessidade de gerenciamento de apresentação de si; (vii) necessidade de adoção de estratégias de desvio de controle.

É digno de nota que a análise inicial dos grupos categóricos possibilitou observar a heterogeneidade de elementos vinculados às experiências de monitoramento e vigilância promovidos pela utilização de dispositivos móveis. No entanto, foi possível dividir os

⁸ Seguimos a proposição de Creswell (2010), ao defender que o estudo exploratório tem a finalidade de ampliar a compreensão sobre determinado conceito ou fenômeno, sobretudo quando há a necessidade de explorar e descrever fenômenos, em vistas do desenvolvimento de uma teoria.

⁹ Universidade Federal da Bahia (campus Salvador – Bahia), Universidade Federal do Recôncavo Baiano (campus Cachoeira – Bahia), Universidade Federal de Sergipe (campus Aracaju – Sergipe), Universidade Tiradentes (campus Itabaiana – Sergipe), Universidade Federal do Ceará (campus Fortaleza – Ceará e campus Quixadá – Ceará).

¹⁰ Amostra por conveniência (ou acessibilidade) corresponde àquela em que são aproveitados os respondentes imediatamente disponíveis para a participação em uma pesquisa (Yin, 2016).

agrupamentos categóricos em 2 conjuntos, utilizando como critério diferencial o foco temático predominante dado pelos entrevistados no desenvolvimento das respostas: (i) percepções de ações de vigilância e controle – (categorias 1, 2, 3 e 4); e (ii) necessidades de ajustamentos sociais nos usos (categorias 5, 6 e 7). Para este artigo, consideramos as análises das categorias associadas ao primeiro conjunto.

Vigilância e controle sobre a vida cotidiana

Esta categoria constituiu a maior frequência de relatos dos respondentes (n=23). Corresponde ao controle exercido pelo acesso de outros indivíduos a informações pessoais nas práticas cotidianas mediadas por funcionalidades instaladas nos dispositivos móveis. Os entrevistados, por vezes, sinalizaram que a utilização de redes sociais digitais fornecem muitas informações a respeito de aspectos pessoais dos indivíduos, promovendo a apropriação de informações alheias por outrem e consequente desrespeito dos limites de espaço e privacidade de outros interagentes, conforme ilustram as seguintes falas: “As pessoas têm sido cada vez mais, como posso dizer, ‘abelhudas’ e não têm respeitado o espaço e a privacidade das pessoas” (Respondente 9); “Sempre, as pessoas estão sempre fiscalizando a sua vida, não tem jeito” (Respondente 71).

Associada à prática de acesso às informações cotidianas através de redes digitais via dispositivos móveis, foi perceptível, de forma destacada, a menção dos entrevistados acerca do uso de uma prática social bastante peculiar. A vigilância sobre a vida cotidiana das pessoas, segundo os respondentes, é constantemente realizada através de “*Stalking*”, que consiste no acompanhamento da maioria de ações possíveis de outros indivíduos através dos *feeds* de notícias e atualizações nas redes digitais. A indicação sobre esta prática é verificável, por exemplo, nos seguintes depoimentos: “Mas, vigilância, eu penso mais por esse lado de *stalk* as pessoas. Ver o feed do Facebook ou o que você está postando no Twitter” (Respondente 76); “Nas redes sociais, as pessoas têm acesso diretamente à rotina, ao cotidiano das pessoas e adotam isso como prática, de fazer um estudo do que que a pessoa gosta, onde é que a pessoa vai, de onde é que a pessoa é” (Respondente 67). A fala a seguir, por sua vez, nos permite inferir que tal prática é uma ação

costumeira em situações em que a pessoa com o perfil vigiado não faz parte do círculo social mais próximo: “Tipo, inclusive mesmo no meu vínculo, nos meus amigos, no ciclo social, tipo eles *stalkeiam* muito os outros. Quando passa uma pessoa desconhecida, eles vão logo vigiar” (Respondente 14).

Uma informação com bastante recorrência relacionou-se ao uso do dispositivo móvel com a finalidade de checagem do cotidiano dos jovens pelos pais e pessoas próximas, sobretudo em caso de distância dos locais em que residem, conforme sinalizam as falas a seguir: “Minha mãe não é um problema não, nem o pessoal lá de casa. Eles só se preocupam mesmo quando eu demoro. Por exemplo, eu saio e digo que vou chegar meio-dia. Se eu não chegar meio-dia, passa uma hora, aí eles ligam para saber se aconteceu alguma coisa, para saber porque me atrasei” (Respondente 95); “Comigo é só essa forma de controle mesmo, para minha mãe, meus pais, saberem onde é que eu tô” (Respondente 120).

Em adição, foi observado que o acompanhamento do cotidiano viabilizado pela rotineira interação mediada pelos dispositivos móveis, promove a sensação de segurança aos familiares e aos jovens estudantes, enquanto a ausência de respostas, ou eventual quebra de rotina comunicacional, representa desvios nos sentidos de confiança e consequentes experiências de insegurança em relação aos pares, conforme enfatiza o depoimento seguinte:

Percebo e é muito forte, porque, por exemplo, se eu ficar sem celular, muita gente desespera. Eu tive experiência de meu celular quebrar, eu tava viajando e ter que passar doze horas num ônibus sem celular e quando eu cheguei em casa, tava todo mundo completamente desesperado. Onde que você tava? O que tava fazendo? Porque eu fiquei doze horas viajando sem o celular. Então é uma vigilância muito grande das pessoas [risos], muito grande mesmo (Respondente 64).

Por vezes, os entrevistados especificaram a percepção dos recursos utilizados por meios de dispositivos móveis como instrumentos para o exercício de poder, relativo aos papéis sociais exercidos institucionalmente entre os interagentes, a exemplo de parentes e companheiros afetivos/sexuais, conforme apresentam as falas a seguir:

Tem mãe que até dá com um aplicativo de GPS já instalado. Eu acho também que aí fere um pouco o risco de privacidade, né? Acaba entrando numa

linha muito delicada. O aparelho celular, hoje, uma das principais funções dele, principalmente com essa ideia do poder entre família e no relacionamento é vigiar, é saber onde tá e o que tá fazendo (Respondente 98).

Principalmente se tiver um relacionamento, um relacionamento amoroso, tipo: Ah, por que você não me ligou, por que você não me mandou mensagem, por que você visualizou e não me respondeu? Isso é chato, se não tivesse isso, os relacionamentos seriam muito mais saudáveis (Respondente 83).

Eu estava namorando um rapaz e toda hora ele: Ah, você não respondeu agora, para mim você tem que estar sempre disponível, não sei o quê... E comentando isto com as pessoas, eu pensei que fosse só comigo e descobri que todo mundo faz isso... Quer dizer, todo mundo que tem relacionamento (Respondente 85).

Nessas circunstâncias, é possível verificar a articulação entre as expressões de poder exercidas nas dinâmicas interacionais compartilhadas pelos interagentes, utilizando-se de estratégias baseadas na constante solicitação de disponibilidade social¹¹, somadas ao monitoramento das atividades cotidianas, através da utilização de funcionalidades dos dispositivos.

Vigilância e controle da presença social

Apesar de comumente articuladas ao acompanhamento do cotidiano dos indivíduos, os respondentes fizeram constantes referências específicas às situações de controle e vigilância da presença social¹², sobretudo àquelas relacionadas às conexões via plataformas digitais. Segundo os relatos, o monitoramento da presença social, consequente da acessibilidade social¹³ fomentada pelas plataformas digitais de interação, por vezes, antecede a solicitação de disponibilidade social, conforme exemplifica a fala do Respondente 100: "Algumas pessoas sim ficam olhando quando é que você fica online, etc., e quando você não tá online, a pessoa acha que aconteceu alguma coisa com você".

Os depoimentos dos respondentes enfatizaram a utilização de condicionantes técnicos frequentemente utilizados como artifícios

para o monitoramento da presença social. A este respeito, foram utilizadas referências aos recursos associados a aplicativos para comunicação mediada por internet como meios de controle sobre a presença social dos interagentes. As falas seguintes são ilustrativas a este respeito: "É meio como preocupação, quando você não aparece por muito tempo, tipo, por exemplo, no WhatsApp, se fica muito tempo sem ter o 'visto por último', as pessoas meio que se preocupam com você. Cadê ele?" (Respondente 78); "Algumas pessoas, enfim, tentam monitorar a minha vida através da visualização do Whatsapp" (Respondente 100).

Vale salientar a observância de possíveis desdobramentos nas dinâmicas sociais resultantes do incremento de recursos para o monitoramento da presença social, a partir dos condicionantes técnicos vinculados às funcionalidades dos dispositivos móveis. A presença de tais recursos parecem fomentar a criação de novos acordos interacionais, nos termos das expectativas e obrigações percebidas, cruciais ao desdobramento dos processos de interação social (Goffman, 2012). Observa-se, pois, que tais termos, em algumas situações, vinculam-se a expectativas e exigências de reciprocidade imediata no desdobramento das interações nos espaços digitais, de formas similares às exercidas nas interações face a face, fato que pode se estender à adoção de comportamentos de monitoramento constante dos dispositivos, em face da espera de respostas dos interagentes. O comentário a seguir ressalta este aspecto:

Eu percebo às vezes, da parte das pessoas, de querer exigir de você, uma comunicação virtual, da mesma forma que uma comunicação, entre aspas, "real", né? [...] De querer que responda na mesma hora, como se essa pessoa tivesse na sua frente conversando com você, ou de exigir que você se comporte da mesma forma nesses ambientes que são distintos, né? (Respondente 7).

É destacável, sobretudo, que o fortalecimento dos vínculos criados a partir da rotinização das experiências (Giddens, 2009), tanto mediadas por recursos técnicos, como em copresença física, apresentam relevante papel na acentuação das expectativas dos interagentes,

¹¹ Refere-se à disponibilidade para promoção de interações sociais.

¹² O termo diz respeito à experiência de compartilhamento de presença em um lugar ou em uma situação com outro sujeito.

¹³ Concerne à possibilidade de ser encontrado por outros (Altman, 1975). Nas ações interacionais mediadas por dispositivos móveis, está associada a marcadores de "Status" presentes nas plataformas digitais ou mesmo à presença em listas de contatos (a exemplo de agendas) acessíveis pelos artefatos técnicos.

tendo como consequências a manifestação de processos emocionais, conforme ilustram as falas de alguns respondentes:

Eu faço muito isso, porque eu não gosto que me deixem falando sozinha. Como eu não gosto que demorem muito a me responder, eu não demoro muito a responder às pessoas, até porque eu tenho essa coisa de ficar checando o tempo todo, né? Eu fico lá olhando. A pessoa visualizou há não sei quanto tempo, mas eu mandei a mensagem tem 3 horas! Por que não me respondeu ainda? Tá entendendo? Eu faço muito isso, principalmente se for alguém que eu tenho... muita consideração e tal, porque eu fico chateada mesmo, entendeu? Eu não gosto [risos], eu não gosto, se for alguém próxima, eu não gosto! (Respondente 5).

Então acaba se tornando até um mecanismo de você vigiar aquelas pessoas, né? Você acaba sabendo: ah, se ele não me respondeu, então o que será que ele tá fazendo? Então acaba até criando uma intriga aí, acaba até dando um probleminha aí, brigas e tudo mais (Respondente 113).

Tais dados colaboram para o vislumbre da complexidade das dinâmicas interacionais vinculadas às normas sociais emergentes em interações mediadas por recursos técnicos digitais. Conforme foi sinalizado, tal padrão de expectativas de resposta assemelha-se às adaptações interacionais exercidas nas modalidades comunicacionais face a face. As falas apresentadas acima permitem a reflexão sobre as expectativas de reciprocidade nas diferentes modalidades interacionais, sobretudo ao se considerar a corrente da hibridização dos processos de trocas sociais (Caron e Caronia, 2007). Tensionam também a influência da natureza dos vínculos entre os interagentes na moderação das expectativas de agilidade nas trocas comunicacionais efetivadas.

Ainda sobre a esta categoria, foi observada a possibilidade do monitoramento indireto de indivíduos através da utilização de dispositivos móveis a partir da circulação das informações fornecidas sobre um interagente para outros indivíduos ou contextos, geralmente não escolhidos voluntariamente, conforme assinala a seguinte fala:

Às vezes sim, eu me incomodo muito, eu moro com meus colegas e esse negócio de “zap”, por

exemplo: Fulano¹⁴, tá aí? Ah, Fulano está. É tipo um controle, a gente não tem mais privacidade. Por exemplo, estou na sala, aí o colega já diz pra outro que tá no Rio de Janeiro: estou aqui com Fulano. Não tenho mais privacidade. Aí, tira uma foto, tô na sala e me pega, entendeu? Aí coloca no “face”, coloca não sei aonde (Respondente 73).

Tal situação ilustra os desafios associados ao gerenciamento dos conteúdos sobre si, tendo como referência a utilização dos recursos provenientes dos dispositivos móveis, sobretudo quando há co-propriedade das informações entre os pares¹⁵, circunstâncias comumente verificáveis nas ambiências dos sites de redes sociais (Marwick e Boyd, 2014).

Vigilância e controle em relação às situações de proximidade física

Um aspecto relevante na fala dos entrevistados vinculou-se ao controle e vigilância do uso dos dispositivos móveis quando em proximidade física de outro(s) interagente(es), especificamente quando em compartilhamento de uma mesma situação social. Observa-se em diversas falas que a utilização de dispositivos comunicacionais móveis em eventuais situações de compartilhamento de copresença física produz avaliações negativas, por parte dos demais interagentes, indicando desrespeito em função do não atendimento às expectativas associadas aos encontros:

Um incômodo que muitas vezes não é demonstrado ou é demonstrado, que é quando você tá em uma roda de amigos e você começa a usar o celular sendo que tá todo mundo ali pra conversar pessoalmente (Respondente 1).

Acho que aquele momento que incomoda muito é quando você está em grupo e as pessoas ao invés de estarem interagindo, estão ali conectados, falando no celular, então isso me incomoda muito, aí eu digo: poxa, a gente está aqui pra conversar, pra ficar junto e não ficar cada um no seu celular individualizando (Respondente 69).

A análise destas falas permite articulação com as sugestões promovidas pelos pressupostos desenvolvidos por Erving Goffman, na medida em que enfatizam a preponderância

¹⁴ O nome original do respondente foi modificado pelo apelido “Fulano”, com a finalidade de preservar a sua identidade.

¹⁵ A co-propriedade das informações refere-se ao controle sobre informações pessoais ou grupais compartilhadas por mais de um sujeito (Petronio, 2002). No uso das redes sociais digitais, mediado por dispositivos móveis, a “marcação” de outras pessoas em uma foto ou em uma publicação constituem exemplo de co-propriedade da informação.

das negociações interacionais advindas dos modelos associados à interação face a face. Nesses modelos, os indivíduos, em situações de monitoramento presencial físico, teriam a propensão a evitar envolvimento interacionais fora da situação compartilhada, bem como seriam forçosamente convidados a demonstrar que uma parte deles estaria reservada para o pequeno sistema de vida social que é mantido conjunta e exclusivamente por todos aqueles na situação (Goffman, 2010).

Nessa linha, é possível identificar desdobramentos de impropriedades situacionais¹⁶, na medida em que a utilização de dispositivos móveis parece produzir a percepção de eventuais riscos aos sentidos de confiança (Giddens, 2009) nas situações sociais e na regulação do seu desdobramento apropriado. Nesse sentido, a utilização de tal tipo de recurso poderia: (i) representar para os demais atores, em monitoramento mútuo, deslealdade ou menor comprometimento do desviante com o grupo social em copresença física, na medida em que diminuiria a atenção às fachadas performadas pelos demais interagentes, limitando o potencial de ajustamentos apropriados nas situações compartilhadas; (ii) ser percebida como intromissão de novos atores, sem a anuência dos demais participantes, em um contexto em que as regras, expectativas e obrigações poderiam sofrer prejuízos em termos de clareza (Goffman, 2010); (iii) fomentar padrões de monitoramento desproporcionais entre os atores, uma vez que as condições para o intercâmbio interacional estariam configurados por elementos de naturezas distintas.

Vigilância em relação ao controle de dados

Dentre as falas dos respondentes, destacaram-se também comentários sobre as percepções de vigilância associados a instituições e algoritmos implantados nas diversas plataformas de navegação digitais. Tais comentários podem ser exemplificados nas seguintes falas:

É uma total vigilância quando você tá utilizando internet, né? A sua vida tá toda rastreada ali, as suas conexões, as suas interações, todos os seus clicks tão rastreados, né? Então se você parar para pensar, é muito assustador, que é que 'alguém', entre aspas, né? Que um sistema tenha

todos os seus dados, saiba da sua vida toda, de coisas íntimas, que você pensa que são íntimas, pessoais, mas que não são. Que o bate-papo não é tão privado assim, algum sistema tá recebendo os seus dados, né? (Respondente 7).

Se você for olhar, hoje você tem um celular Android, por exemplo, que tem o GPS. O Google rapidamente vai dominar esse mundo aí que você consegue ver. Se eu acessar o meu Gmail aqui, eu consigo ver o mapeamento das minhas localizações exatas num mapa, com horários, com tempo de permanência que eu fiquei em cada lugar desde anos atrás (Respondente 80).

Nessa perspectiva, as finalidades do monitoramento, segundo a percepção dos entrevistados, estariam associadas à apropriação das preferências dos usuários, de suas práticas cotidianas, especialmente voltadas à influência publicitária, como sinalizam as falas seguintes: “Eu sei que eu sou constantemente monitorado, né? Eu sei que as empresas têm total noção de onde eu tô, o que eu faço, todo o meu perfil e tal [...] Eu percebo em propaganda às vezes, que eles tão sabendo o que é que eu tô fazendo” (Respondente 66); “Pela sugestão que ele faz, né? Dos vídeos, pode tá me influenciando a ver alguma coisa” (Respondente 105).

Algumas vezes, os relatos sinalizaram a naturalização da vigilância, como discorre, por exemplo, o respondente 105: “Eles têm muitos dados meus[...] Mas eu não sinto implicação na minha vida disso”. Todavia, é notável a utilização de estratégias de evitação da vigilância performada por este tipo de atores, conforme sinaliza a fala a seguir:

Eu me sinto constantemente vigiada pelas minhas redes sociais, que é uma questão da utilização dos cookies, por exemplo. Eu não gosto muito de usar a navegação aberta justamente por causa disso, de saberem todos os meus passos, de me oferecerem propaganda. Então, eu uso bloqueadores de anúncios, essas coisas assim, porque eu não gosto mesmo, de que tenham esse controle sobre mim (Respondente 66).

Estas falas convergem com discussões vigentes, a respeito dos limites de vigilância operados pela ascensão do capitalismo de vigilância, em tempos do incremento de uma civilização baseada em informações públicas ou pessoais. Conforme defende Zuboff (2015),

¹⁶ Compreende-se como impropriedade situacional os comportamentos que colocam em risco as situações sociais compartilhadas. A rigor, correspondem a condutas alheias às expectativas imanentes à ordem social que rege uma determinada situação social.

megaempresas vinculadas às telecomunicações, como *Google Inc.*, exercem ações sob os focos de extração e análise de dados, personalização e customização de serviços e continuidade de experimentos para a promoção de seus negócios, utilizando as informações dos usuários de formas eticamente questionáveis.

O resultado dessas práticas aponta, em linhas gerais, para mudanças articuladas à sociabilidade e aos comportamentos sociais vinculados às demandas e expectativas reproduzidas na interação com conteúdos simbólicos mediados por recursos e dispositivos digitais móveis. Desse modo, esta análise indica o surgimento de novas lógicas de interação, centradas não apenas nos indivíduos entre si, mas com atores por vezes invisíveis ou desconhecidos, fato que complexifica aspectos fundamentais a respeito das interações sociais mediadas por estes dispositivos.

Conclusões

Este artigo apresentou uma análise sobre a percepção de ações de vigilância e controle atrelados ao uso do dispositivo celular por jovens universitários. Esta análise faz parte de uma pesquisa mais ampla, que investigou as expectativas e os significados construídos por estes jovens nos usos e apropriações da comunicação digital móvel, bem como as possíveis implicações nas práticas interacionais cotidianas.

Os dados apontaram a existência de dois conjuntos de fenômenos associados: a percepção de ações de vigilância e controle, e as necessidades de ajustamentos sociais nos usos. Neste texto, apresentamos a discussão a respeito das categorias relacionadas ao primeiro conjunto.

De forma conclusiva, podemos destacar três aspectos como os mais salientes. O primeiro deles diz respeito à constatação de que os monitoramentos advindos do uso dos dispositivos móveis promovem consequências diretas¹⁷, como a checagem da vida cotidiana por parentes e percepções de vigilância por parte de instituições e algoritmos implantados nas plataformas digitais, e indiretas, a exemplo das percepções de desrespeito aos limites de espaço e privacidade, das práticas de

exercício de poder por parte de pares afetivos e da possibilidade de circulação de informações a outros indivíduos, de forma involuntária. O segundo aspecto refere-se à observação da existência e do desenvolvimento de novas práticas sociais de monitoramento, facilitadas pela presença de condicionantes técnicos (recursos) associados à expansão da comunicação móvel, tal qual a prática de *Stalking* e o monitoramento de presença social provenientes dos recursos de *status*¹⁸, existentes nas plataformas digitais. Por fim, o terceiro aspecto relaciona-se à presença destacada da influência das expectativas sociais advindas das comunicações face a face nas negociações das práticas interacionais mediadas pelos dispositivos móveis, a exemplo das mencionadas exigências de reciprocidade imediata e das indicadas avaliações negativas diante do uso de dispositivos móveis em situações sociais compartilhadas em copresença física.

A apreciação das diferentes naturezas dos aspectos ora apresentados corrobora a complexidade derivada da inserção de tecnologias nas práticas sociais cotidianas. E aponta, em particular, para a multiplicidade de vetores constituintes das dinâmicas de monitoramento vinculadas aos usos dos dispositivos comunicacionais móveis, amplamente significativos para a compreensão e análise dos processos de interação e sociabilidades no mundo contemporâneo.

Referências

- ALTMAN, I. 1975. *The Environment and Social Behavior: Privacy, Personal Space, Territory, and Crowding*. Monterey, Brooks/Cole Publishing, 256 p.
- BARDIN, L. 2009. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 229 p.
- BLUMER, H. 1969. *Symbolic Interactionism – Perspective and Method*. California, University of California Press, 208 p.
- BLUMER, H. 2004. *George Hebert Mead and Human Conduct*. Walnut Creek, CA, AltaMira Press, 197 p.
- BRUNO, F. 2004. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. *Revista FAMECOS*, 11(24):110-124. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2004.24.3271>
- CAMPBELL, S. 2010. Mobile communication, and social capital: An analysis of geographically dif-

¹⁷ Consideramos como consequências diretas as que se apresentam automaticamente relacionadas ao monitoramento, e como indiretas as que se mostram como desdobramentos do processo.

¹⁸ Recursos de *Status* são pistas que sinalizam a (in)disponibilidade social dos eventuais pares interacionais acessíveis através de uma plataforma digital. Podem ser constituídos por signos oriundos da arquitetura da plataforma ou mesmo por imagens, vídeos e textos escolhidos pelo usuário.

- ferentiated usage patterns. *New Media & Society*, **12**(3):435-451.
<https://doi.org/10.1177/1461444809343307>
- CARON, A.H.; CARONIA, L. 2007. *Moving Cultures: Mobile communication in everyday life*. Québec, McGill-Queen's University Press, 276 p.
- CASTELLS, M. 1999. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 698 p.
- CRESWELL, J.W. 2010. *Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3ª ed., Porto Alegre, Artmed, 296 p.
- GIDDENS, A. 2009. *A Constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 458 p.
- GOFFMAN, E. 2010. *Comportamento em Lugares Públicos. Notas Sobre a Organização Social dos Ajuntamentos*. Petrópolis, Vozes, 263 p.
- GOFFMAN, E. 2012. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis, Vozes, 255 p.
- GOFFMAN, E. 2014. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. 20ª ed., Petrópolis, Vozes, 273 p.
- KAVOORI, A.; ARCENEUX, N. (org.). 2006. *The cell phone reader: Essays in social transformation*. NY, Peter Lang, 246 p.
- LAURSEN, D. 2012. Sequential organization of text messages and mobile phone calls in interconnected communication sequences. *Discourse & Communication*, **6**(1):83-99.
<https://doi.org/10.1177/1750481311432517>
- MARWICK, A.; BOYD, D. 2014. Networked privacy: How teenagers negotiate context in social media. *New Media & Society*, **16**(7):1051-1067.
<https://doi.org/10.1177/1461444814543995>
- MEYROWITZ, J. 1985. *No Sense of Place*. New York, Oxford, 432 p.
- MIHAILIDIS, P. 2014. A tethered generation: Exploring the role of mobile phones in the daily life of young people. *Mobile Media & Communication*, **2**(1):58-72.
<https://doi.org/10.1177/2050157913505558>
- MORRIS, C.W. (org). 2010. *Mente, Self e Sociedade*. Aparecida, Ideias & Letras, 438 p.
- PETRONIO, S.S. 2002. *Boundaries of privacy: Dialectics of disclosure*. Albany, State University of New York Press, 292 p.
- RIBEIRO, J.C. 2016. *Percepções sobre Usos e Apropriações de Dispositivos Comunicacionais Móveis nas Práticas Interacionais Contemporâneas: um estudo com jovens universitários portugueses*. Lisboa, Portugal. Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado. Universidade Nova de Lisboa, 93 p.
- RIBEIRO, J.C. 2014. Comunicação digital móvel, adolescentes e comportamentos sociais. In: L. TAVARES; J. MONTES (org.), *A adolescência e o consumo de drogas: Uma rede informal de saberes e práticas*. Salvador, EDUFBA, 316 p.
- SIBILIA, P. 2016. *O show do Eu. A intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 356 p.
- THOMPSON, J.B. 2011. *A Mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, Vozes, 359 p.
- THULIN, E.; VILHELMSON, B. 2007. Mobiles everywhere: Youth, the mobile phone, and changes in everyday practice. *Young-Nordic Journal of Youth Research*, **15**(3):235-253.
<https://doi.org/10.1177/110330880701500302>
- YIN, R.Q. 2016. *Pesquisa Qualitativa: do início ao fim*. Porto Alegre, Penso, 313 p.
- ZUBOFF, S. 2015. Big other: Surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. *Journal of Information Technology*, **30**:75-89.
<https://doi.org/10.1057/jit.2015.5>

Submetido: 04/01/2018
 Aceito: 08/03/2018